CAMPO UNIVERSITÁRIO E NOVOS DOUTORES: DISCUTINDO AS HUMANIDADES NO BRASIL

Afrânio Mendes Catani - USP - amcatani@usp.br

RESUMO

O texto procura demonstrar que para se entender o significativo aumento na formação de doutores no Brasil deve-se considerar a inexistência da correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado se constituem em esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta, com lógicas de funcionamento próprias. O incremento dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos vão elevar o patamar dos cerca de 3.000 doutores/ano em Humanidades. Não creio que haja um excesso de doutores no Brasil, mas, sim, que é necessário se pensar na distribuição regional destes titulados para o fortalecimento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica do país.

Palavras chave: formação de doutores em Humanidades; titulação e mercado de trabalho; universidade e pesquisa científica.

> Governos e mercados têm ambos seu lugar numa sociedade (...) mas podem se transformar numa força do mal se não tiverem restrições.
> Timothy Garton Ash. *Os fatos são subversivos*
> (São Paulo: Companhia das Letras, 2011)

A reflexão que ora desenvolvemos situa-se na relação entre a formação de novos doutores e a configuração do sistema de educação superior no país. O artigo destaca alguns elementos que nos levam a analisar tal situação, buscando comentar os descompassos entre a necessidade de formação de doutores, sobretudo na área de Humanidades, como incremento do próprio sistema de educação superior – o que poderia coibir grandes disparidades regionais e elevar a condição acadêmica das instituições – e a real absorção deste contingente no jogo inerente ao campo universitário brasileiro.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) classifica o conhecimento em 9 grandes áreas (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Lingüística, Letras e Artes e Multidisciplinar), cada uma com vários campos disciplinares correspondentes. No presente texto iremos abordar a produção de doutores em Humanidades, sendo que, em nossa classificação, englobaria também as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Na década de 1970, quando a pós-graduação no Brasil começa a se institucionalizar, o cerne da formação estava na titulação de mestres e doutores para o fortalecimento do sistema universitário e das funções de Estado. Para a consolidação de um sistema de formação de acadêmicos e de pesquisadores observa-se a criação de um aparato institucional garantido pelo Estado brasileiro, ao lado de uma política nacional de formação de cientistas no país e no exterior e da constituição de centros de pesquisa nacionais. Nesse sentido, as agências de fomento à pesquisa já existentes passam a atuar claramente nessa direção, com destaque para a CAPES (criada em 1951), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de 1951) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, de 1967), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (criado em 1985). As duas primeiras ficam responsáveis pela formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores para o ensino superior e pela política na área, sendo a última voltada primordialmente ao financiamento de áreas científicas e tecnológicas, em relação mais direta entre produção de C&T e empresas. Em São Paulo, destaca-se a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), instituída em 1962 e financiada pelo governo do Estado.

Apesar da conformação desses incrementos, ainda temos sérias debilidades. No Brasil, segundo o Censo da Educação Superior/2009, havia cerca de 359 mil professores universitários, dos quais 340 mil encontravam-se em exercício. Destes, 90 mil eram doutores, 124 mil mestres e quase 100 mil possuíam especialização. Destes doutores, 71,5 mil vinculavam-se ao modelo institucional de universidade, estando 55,7 mil em instituições públicas e 15,8 mil em estabelecimentos privados. Tais informações indicam a existência de um grande contingente de professores que ainda não são doutores vinculados às instituições de educação superior (IES) em seus diferentes

formatos institucionais, a saber, universidades, centros universitários e faculdades. Deve-se considerar que na área de Ciências Humanas, que abarca Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais, Sociologia, Teologia, a realização do curso de doutorado direcionava seu portador à carreira docente e à realização de pesquisa acadêmica, em instituições públicas (principalmente) e privadas, através do ingresso por concurso, envolvendo provas e títulos. Ou seja, a formação esteve voltada, em essência, à reprodução de quadros. Isso também não deixava de ocorrer em vários segmentos da área de Ciências Sociais Aplicadas (carreiras de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Serviço Social, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia e Planejamento Urbano e Regional) e na de Lingüística, Letras, Artes e Música.

A partir dos anos 1990 experimenta-se grande mudança nas taxas de formação de doutores em todas as áreas do conhecimento: de 1998-2006 houve aumento de 237% (de 3949 para 9365) de novos titulados, enquanto em Humanidades o incremento foi de 273% (de 1101 para 3010). Em números relativos, tem-se o aumento gradativo (pouco mais de 4%) dessa última área em relação ao total de titulados, o que indicaria a paridade de quase 1/3 de titulados em nível de doutorado nesse domínio em relação aos demais.

Tabela 1 - Número de doutores no Brasil – 1998-2006

Área / Ano	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Lingüística	Total de Humanidades	Total de todas as áreas	% Humanidades em relação ao total
1998	653	281	167	1101	3949	27,88
1999	755	336	226	1317	4853	27,13
2000	892	441	257	1590	5335	29,80
2001	1025	478	322	1825	6040	30,21
2002	1139	613	393	2145	6894	31,11
2003	1286	736	415	2437	8094	30,10
2004	1329	755	452	2536	8112	31,27
2005	1495	813	496	2804	8989	31,19
2006	1503	890	617	3010	9365	32,14
Total no período				18765	61631	

Fonte: CAPES

Após 2006, o número total de Programas de Pós-Graduação, bem como o de matrículas em níveis de mestrado e de doutorado, experimentaram significativos aumentos. Apenas para se ter um parâmetro, os alunos matriculados em tais Programas (mestrado e doutorado), por área de conhecimento, em 2009, alcançaram os seguintes totais: Ciências Humanas: 26.738; Ciências Sociais Aplicadas: 19.913; Linguística, Letras e Artes: 10.011. Embora tal agregação dos dados pela CAPES não nos permita, de imediato, determinar com precisão tal crescimento, é notória a grande expansão do total de alunos que obtiveram o título de doutor em Humanidades, engrossando ainda mais o contingente de recursos humanos disponível no mercado.

Nas décadas de 1970 e 1980, e em boa parte dos anos 1990, a carreira docente nas universidades públicas do Estado de São Paulo estruturava-se em 6 níveis, iniciando-se pelos **auxiliares de ensino** (matriculados em programa de pós-graduação em nível de mestrado), prosseguindo com os **assistentes** (portadores do título e mestre), até atingir o cargo de **professor titular**, obtido em concurso público de provas e títulos, representando o ápice de trajetória exitosa em um determinado campo de conhecimento – permanece, ainda, a função de **professor associado**, que exige a realização do concurso de livre-docência, que ao que consta, existe apenas na USP, na UNICAMP e na UNESP. No meio da carreira estava o cargo de **professor assistente-doutor**. Para ocupá-lo, era necessário ter concluído e defendido tese de doutorado. Em Humanidades, por exemplo, eram raros os casos inferiores a 8 ou 10 anos para possuir o título de *doutor* – hoje, com a carreira docente modificada, é o degrau inicial: todos os concursos exigem dos candidatos a posse desse título. O *Anuário Estatístico da USP 2010* é significativo a respeito: dos 5.732 professores da instituição em 2009, 4.822 enquadravam-se no regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, e 98,14% eram doutores (apenas 107 não possuíam o título constituindo-se, na prática, em um quadro em extinção).

Nas universidades federais brasileiras, o doutorado transforma seu detentor em professor adjunto, nível bem avançado na atual carreira. Parcelas significativas do corpo docente encontram dificuldades para conquistá-lo, em especial em instituições (ou *campi*) localizadas muito distantes dos centros hegemônicos. Há ‘fila de espera’ e prioridades, pois as saídas para a qualificação dos docentes levam em conta as

necessidades de serviço, sob a pena de desfalcar por completo o quadro efetivo das IES. Situação semelhante ocorre em dezenas de universidades estaduais e, em muitos casos, a situação é ainda mais grave naquelas de criação recente, em que o professor normalmente ministra carga horária elevada.

Em entrevista aos jornalistas Fabrício Marques e Ricardo Zorzetto, da revista *Pesquisa FAPESP*, Léa Velho, professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da UNICAMP, declara que os países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produzem quase metade das riquezas do mundo, e a maioria daqueles que se tornam doutores vão trabalhar na indústria. "Não se pode obrigar uma empresa a contratar um doutor. A empresa que não inova não faz isso porque acha legal. Faz parte da racionalidade da empresa inovar quando ela percebe que se tornará mais competitiva e ganhará ou manterá uma posição no mercado." No Brasil, quase como uma norma para a empresa manter-se no mercado, "é mais vantajoso comprar equipamentos ou licenciar tecnologias estrangeiras. Não é por excesso de doutores disponíveis que elas vão passar a contratar. É preciso pensar em como se fará para estimular a empresa nacional ou a subsidiária das empresas estrangeiras no Brasil a criar um ambiente que torne vantajoso inovar utilizando recursos e conhecimento nacionais" (Marques e Zorzetto, 2008, p. 12). Ao ser questionada acerca do efeito de longo prazo na formação de doutores por parte das universidades que não encontram empregos, responde o seguinte: "Não vejo sentido de continuar dessa forma. Formamos pessoas para reproduzir a nós próprios, não para desempenhar novas tarefas. Formamos para o serviço público. Muita gente vem para a universidade, faz mestrado e doutorado e presta concurso no serviço público. Creio que a produção científica no Brasil está crescendo. Tinha mesmo de crescer, com boa parte desses 10 mil doutores formados por ano orbitando em torno da academia e contribuindo para a produção" (Marques e Zorzetto, 2008, p. 13).

Em reportagem acerca do aproveitamento de doutores em parte da região sul do Brasil, o jornalista Daniel Cassol comenta o aumento geral das contratações desses titulados nas universidades federais dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, todas se processando mediante concurso público. Dados do MEC de 2006 mostravam a presença de 2.928 professores com doutorado nas instituições federais de ensino superior no Rio Grande do Sul, enquanto nas particulares o número era

ligeiramente inferior, ou seja, 2.834 docentes com a mesma titulação (Cassol, 2008, p. 51).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) contava com 1.696 doutores, sendo que apenas em 2007 haviam ingressado na instituição 85 novos professores com essa titulação. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 22 professores adjuntos, com doutorado, haviam sido nomeados. Destaca, ainda, que duas novas universidades gaúchas contavam com a participação da UFSM na administração, com a abertura de novos editais de contratação: o Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (Cesnors) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) (Cassol, 2008, p. 52).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por sua vez, possuía em seu quadro de pessoal, em 2007, 1.313 professores docentes, enquanto em 2006 o número era um pouco mais reduzido: 1.284 (Cassol, 2008, p. 52).

No que se refere ao ensino privado, no RS, "em apenas 10 anos (1996-2006) o número de instituições pulou de 27 para 92" (Cassol, 2008, p. 53). Entretanto, o período de ampliação do mercado de trabalho para doutores nas universidades privadas do RS sofreu um forte abalo quando se percebeu que não se concretizou a expectativa do aumento do número de estudantes de graduação. "Sem alcançar os resultados esperados, os particulares passaram a demitir professores com doutorado e aumentar a carga horária dos demais" (Cassol, 2008, p. 53). Um conjunto significativo de demissões de professores doutores, com a finalidade de enxugar a folha de pagamento, ocorreu em 2007 na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Como resultado, houve um grande aumento da carga horária em sala de aula para os docentes remanescentes, com a consequente elevação do número de alunos por professores, ocorrendo casos de turmas com até 200 alunos (Cassol, 2008, p. 53).

Há, ainda, vários relatos de docentes que estão se doutorando, ou mesmo que já obtiveram o título de doutor, que "escondem" sua real situação nas instituições privadas em que trabalham, receosos que a demissão os atinja quase que imediato. Tal ocorrência se verifica em todo o país, em especial nos grandes centros urbanos, onde se concentram grandes grupos privados que se dedicam à educação superior.

A exemplo da maioria das instituições de ensino superior privadas, as IES particulares gaúchas acabam operando no limite das exigências do Ministério da Educação, de um terço de professores mestres e doutores no corpo docente, como iremos detalhar parágrafos à frente. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) contava com 1.565 professores, sendo 653 mestres e 672 doutores, enquanto a UNISINOS possuía 329 doutores. Além disso, merece ser mencionado, ainda, que no Rio Grande do Sul existem várias universidades comunitárias, localizadas em cidades importantes do interior, como Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Ijuí etc. (Cassol, 2008, p. 53).

Fernando Reinach e José Fernando Perez[1] já escreviam há mais de oito anos algo semelhante acerca da problemática do aproveitamento de doutores no país, enfatizando que

> só há processos de inovação quando existe investimento em pesquisa e desenvolvimento dentro da própria empresa. Um pré-requisito para que esse investimento ocorra é a presença de pesquisadores na empresa. Na maioria dos países em desenvolvimento, a falta pura e simples de pesquisadores impede que ocorra a inovação (...) Se temos doutores, por que não temos inovação? A causa é compreendida: os doutores não estão onde deveriam estar. Nos países desenvolvidos e até mesmo na Coreia do Sul, a maior parte dos pesquisadores trabalha em empresas. No Brasil, a grande maioria ainda está nas universidades. O setor acadêmico não deve e nem pode absorver todos os doutores formados no Brasil. A falta de oportunidades é a principal causa da evasão de cérebros. Afinal, para os países desenvolvidos é sempre mais barato importar doutores do que investir na sua formação. Um título de doutor é o melhor passaporte para obter um visto de trabalho nos EUA ou no Canadá (Reinach e Perez, 2004).

Os autores chegam, inclusive, a formular uma proposta no sentido de incentivar a contratação de doutores pelo setor privado da economia, desde que para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento: neste caso haveria a desoneração de todos os encargos sociais. Detalham seu pensamento: "Essa desoneração valeria para os dez primeiros anos após a obtenção do título de doutor e só teria valia para títulos outorgados por pós-graduações credenciadas pelo Ministério da Educação" (Reinach e Perez, 2004). Entendem que a contratação de cada doutor em processos de inovação

[1] Na ocasião, Fernando Reinach, 48 anos, era professor titular no Instituto de Química da USP e diretor-executivo da Votorantim Novos Negócios, tendo sido presidente da CNTBio em 1999. José Fernando Perez, 59 anos, era professor titular do Instituto de Física da USP, membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e diretor científico da FAPESP.

gera de dez a quinze empregos diretos nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento, permitindo a proliferação de empresas de base tecnológica, onde pesquisadores constituem o cerne da força de trabalho, além de propiciar o aumento da interação entre as universidades e as empresas:

> afinal, a criação, dentro das empresas, de um corpo técnico que domina a linguagem e a cultura científica é pré-condição para que haja o diálogo e a colaboração entre os setores empresarial e universitário. O impacto dessa medida seria imediato. Os custos para a contratação de doutores teriam uma diminuição de aproximadamente 50% (...) Não se trata aqui de propor a criação de privilégios para uma categoria de brasileiros que tiveram uma educação sofisticada. Trata-se de garantir que a nação tenha, na forma de desenvolvimento tecnológico, retorno sobre o investimento que faz na formação de seus pesquisadores. Acreditamos que somente o desenvolvimento tecnológico e a inovação permitirão que nossa indústria seja competitiva e capaz de gerar empregos e riqueza de maneira sustentável. Nossa resposta à questão inicial é simples: doutores para a inovação!" (Reinach e Perez, 2004).[2]

O jornalista José Chrispiniano recolhe depoimento do então presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que propunha às autoridades do país a criação de programas governamentais de pesquisa que resultasse na contratação de doutores: "tem que haver um aumento destes programas envolvendo pesquisa, principalmente em novas áreas como na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste. Há um amplo potencial de desenvolvimento de atividades de pesquisa que poderiam empregar doutores de forma permanente" (Chrispiniano, 2008, p. 45).

Retomando, não é demais salientar, outra vez ainda, que as universidades públicas absorvem cada vez menos os doutores: no sistema de educação superior brasileiro, em nível de graduação, há 1,28 milhão (25,2%) de universitários no setor público e 3,80 milhões (74,8%) no privado, perfazendo um total superior a 5,08 milhões de alunos – já em nível de pós-graduação, observa-se que há quase 2.800 Programas, com aproximadamente 4.100 cursos (80% deles ofertados em instituições públicas, sobretudo universidades federais e estaduais), envolvendo mais de 161 mil alunos (93 mil mestrandos, 58 mil doutorandos e 10 mil estudantes de mestrados profissionais). A maioria das universidades privadas, com raras exceções, acaba procurando evitar ao máximo a contratação de titulados com esse grau, satisfazendo apenas a exigência legal

[2] Ver a respeito, também, Lima e Cipolla Neto (2008, p. 54-55).

de “1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996, art. 52, II). Na diversidade dos formatos das IES não ocorre a correlativa absorção desses titulados, pois maior titulação significa maior custo com o docente ou a desvalorização do título. Isso assim se materializa: a) a não correspondência entre o título e o valor da hora-aula docente, já que a instituição pode estipular um plano de cargos e salários em que a titulação não é fator determinante; b) o papel secundário do título na carreira, pois a ‘utilidade’ do professor para a instituição dependerá em maior grau de seu envolvimento com a tarefa docente (recrutar alunos, produtividade etc.) e com a política universitária local (cargos de chefia, reitorias, representações, comissões etc.), que vai lhe conferir possibilidades de carreira e significativos acréscimos no salário. Em tais casos a realização de pesquisa deixa de assumir função protagonista, motivação inicial que levou o docente à realização do curso de doutorado.[3]

Algumas breves considerações acerca do campo universitário são necessárias antes de concluirmos o presente texto. Campo, aqui, é entendido como espaço de lutas, *lócus* em que ocorrem relações de força e monopólios, combates e estratégias, interesses e lucros, em que se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam o espaço social em questão e no qual as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas (Bourdieu, 1983a).

Ao discorrer sobre o campo universitário, Catani (2011, p. 198) escreve que tal campo se constitui em “um *lócus* de relações que envolve como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas tomadas de posição, é dizer, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes”.

Ampliando a explicação acerca do campo universitário do país, Catani (2011, p. 198-199) vai entendê-lo como

[3] Ver uma série de considerações complementares em Catani, Oliveira e Michelotto (2010), Catani e Hey (2010) e Oliveira e Catani (2011).

> o aparato institucional assegurado pelo estado brasileiro, que garante a produção, circulação (e mesmo o consumo) de bens simbólicos que lhe são inerentes, envolvendo o conjunto das instituições de educação superior públicas e privadas, em seus mais variados níveis, formatos e natureza; as agências financiadoras de fomento à pesquisa, nacionais e estaduais; os órgãos estatais de avaliação de políticas educacionais; o(s) setor(es)do Ministério da Educação dedicado(s) à educação superior e de instituições de pesquisa com a mesma finalidade (INEP); os setores ou câmaras dos conselhos de educação em distintos níveis; as associações e entidades de classe (CRUB, ANDIFES, ANDES/SN, ABMES, ANUP, ABRUC, ANAMEC, ANAFI, SEMESP etc.) e as comissões governamentais. Estas representam, por sua vez, uma forma tipicamente burocrática de consulta, em que os agentes do estado têm condições de impor nomes que referendem suas posições, conservando assim o monopólio da preparação das decisões coletivas, da sua ação e da avaliação dos resultados – Bourdieu, 2000, p. 130-134.[4]

A institucionalização da pós-graduação correspondeu, durante anos, ao direcionamento de seus titulados a um posto determinado no campo universitário brasileiro – em IES, em agências fomentadoras de pesquisa ou em instituições produtoras e reguladoras de políticas públicas para o setor. Com a autonomização do campo universitário e a configuração assumida nas duas últimas décadas, onde o setor privado representa o grosso de sua estrutura e existe uma regulamentação do mercado independente da esfera da formação em nível de pós-graduação, há também o descolamento da titulação com a possibilidade de um posto correspondente, pois o jogo passa a ser dominado por outros interesses.

Desta forma, para entender o grande aumento na formação de doutores no país – e o possível excesso –, deve-se considerar, sobretudo, que inexiste correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. O aumento vertiginoso dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos[5], aliados à implantação gradativa dos acordos de Bolonha[6], que já começam a ser adaptados ao Brasil, vão elevar o atual

---

[4] Ver ainda, de autoria de Bourdieu sobre campo, dentre outros, seus trabalhos publicados em 1966, 1974, 1983a, 1983b, 1984, 1989, 1992, 1996, 1998a e 1998b. O livro de Ana Paula Hey (2008), por sua vez, dedica-se ao estudo do campo da produção acadêmica em educação superior no Brasil no período aproximado de vinte e cinco anos (1977-2002).

[5] Através, principalmente, do Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

[6] Ver, a respeito, dentre outros, Lima, Azevedo e Catani (2008) e Ferreira e Oliveira (2011).

patamar que é superior a 3.000 doutores/ano em Humanidades – os totais de doutorados concluídos em todas as áreas, para o triênio 2007, 2008 e 2009 foram, respectivamente, 9.919, 10.718 e 11.368. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar, sim, na distribuição (regional) destes titulados para o fortalecimento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica no país.

Referências

ANUÁRIO Estatístico USP/Universidade de São Paulo, Coordenadoria de Administração Geral. São Paulo: CODAGE/USP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 246, p. 865-906, nov. 1966.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. *A economia das trocas simbólicas* (Org. Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 27-78.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a, p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: _____. *Pierre Bourdieu: Sociologia* (Org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983b, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d´État*: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 89, p. 3-46, sep. 1992.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 91-124.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a , p. 163-207.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª. ed., 1998b, p. 209-254.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l´économie*. Paris: Seuil, 2000.

CASSOL, Daniel. No Sul, mais vagas nas Federais (e cortes no setor privado). *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 43, p. 51-53, julho 2008.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. *Série-Estudos*. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, n. 30, p.267-281, jul./dez. 2010.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. O impacto da avaliação no desenvolvimento e na reconfiguração do campo universitário brasileiro. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional*. Campinas. SP: Mercado de Letras, 2010, p. 53-80.

CHRISPINIANO, José. Doutores, mas para que? *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 43, p. 44-50, julho 2008.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. A influência da reforma da educação superior no Brasil e na União Européia nos papeis sociais da universidade. In: OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). *O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 39-62.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

LIMA, Fábio Bessa; CIPOLLA NETO, José. Pós-Graduação: estamos no caminho certo? *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 43, p. 54-55, julho 2008.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a *Universidade Nova*. *Avaliação:* Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, SP: RAIES; Sorocaba, SP: Uniso, v. 13, n. 1, p. 7-37, março 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. In: OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). *O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 11-37.

MARQUES, Fabrício; ZORZETTO, Ricardo. Por um olhar brasileiro na ciência – Entrevista com Léa Velho. *Pesquisa FAPESP*, n. 143, p. 10-15, jan. 2008.

REINACH, Fernando; PEREZ, José Fernando. Doutores para que? *Folha de S. Paulo*, Seção "Tendências e Debates", 28-maio-2004, p. A 3.